

QUANDO O SILENCIO MACHUCA: CONFLITOS INVISÍVEIS E A POTÊNCIA DO ACOLHIMENTO NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA MAIS HUMANA

WHEN SILENCE HURTS: INVISIBLE CONFLICTS AND THE POWER OF WELCOMING IN BUILDING A MORE HUMANE SCHOOL

CUANDO EL SILENCIO DUELE: CONFLICTOS INVISIBLES Y EL PODER DEL ACOGIMIENTO PARA CONSTRUIR UNA ESCUELA MÁS HUMANA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-066>

Data de submissão: 06/05/2025

Data de publicação: 06/06/2025

Helena Teresinha Reinehr Stoffel

Mestrado em Educação com especialização em TICs. Especialização em Letras, Gestão Escolar e Educação Inclusiva. Graduada em Letras Português/Inglês. Professora de Metodologia de Pesquisa Científica. Escritora.

E-mail: helenastoffel@g-mail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6370312180582350>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2649-0509>

Lenice Reinehr

Bacharel em Ciências Contábeis. Graduação em Psicologia. Especialização em Avaliação Psicológica. Escritora, palestrante, analista corporal e empresária.

E-mail: lenicereinehr10@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9636010030222725>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7249-2081>

Vivian Cristina Borges Hashitani

Mestranda em Educação com especialização em Formação de Professores. Especialista em Neurociência Aplicada à Educação, Docência no Ensino Superior, Psicopedagogia, e Educação Especial e Inclusiva. Palestrante.

E-mail: [contato@vivianborges.com.br](mailto: contato@vivianborges.com.br)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4631876791513270>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8492-7472>

Adha Carolina Maraskin

Mestranda em Educação com especialização em Formação de Professores. Graduada em Fisioterapia e Pedagogia. Especialização em Fisioterapia Pélvica e Obstétrica. Professora efetiva do Ensino Fundamental e Fisioterapeuta.

E-mail: [adhamaraskim_sh@hotmail.com](mailto: adhamaraskim_sh@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-1114-0046>

Daniela Dagostim Goularte

Mestranda em Intervenção Psicológica no Desenvolvimento e na Educação. Especialista em Língua Portuguesa e Avaliação Escolar. Graduada em Direito e em Letras Português/Inglês. Professora de Língua Portuguesa e Inglês no Ensino Médio. Autora de artigos científicos.

E-mail: [danidagostim@hotmail.com](mailto: danidagostim@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7152-716X>

Elisangela Draghetti Schuh

Mestrado em Educação com especialização em Formação de Professores – Universidad Europea del Atlántico – Espanha (UNEA). Especialização em Gestão Escolar: Supervisão, Orientação e Coordenação Escolar. Graduada em Pedagogia. Professora do Ensino Fundamental I e Coordenadora Pedagógica.

E-mail: elisdraghettish@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1999-4524>

Eurides Raquel Cecilio

Mestranda em Educação com especialização em Formação de Professores. Pedagoga. Especialização em Educação Especial Inclusão e Diversidade e Libras.

E-mail: raqueledespecial@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7394-2249>

Fábio Luiz Lins Lídio

Mestrando em Educação com especialização em Gestão de Centros Educacionais. Diretor de Ensino e Educação Inclusiva. Professor de Inteligência Emocional e Tecnologia Educacional. Palestrante. Pós-graduado em Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Inclusiva e Psicologia Infantil.

E-mail: fabiolidio@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5947-2349>

Jair Moraes Bleides

Mestrando em Educação com especialização em Formação de Professores. Especialização em Biologia, Gestão Escolar, Pedagogia Gestora, Administração Escolar, Orientação/Supervisão e Pedagogia e Inclusão. Graduado em Pedagogia e Ciências Biológicas. Gestor escolar na rede pública do Amazonas.

E-mail: moraisjair77@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9207-7085>

Jocimar José da Silva

Mestrando em Educação com especialização em Gestão. Mestrando em Musicoterapia/Neuropsicopedagogia. Pós-graduado em Metodologia do Ensino da Música, Psicopedagogia e Neuropedagogia. Licenciado em Música e Pedagogia. Atua na docência do ensino superior, música, artes, danças e psicologia educacional. Doutor Honoris Causa pela OMDDH e SBACE. Chanceler internacional. Grã-Cruz pela SBACE.

E-mail: leijoc@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6828523932798772>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6456-4093>

Juliana de Jesus Fernandes

Mestranda em Educação com especialização em Gestão e Organização de Centros Educacionais. Especialista em Letras: Português e Literatura, e em Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção). Graduada em Letras Português/Inglês.

E-mail: julianajfernandes0203@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1487-311X>

Michelle de Fátima Gonçalves

Mestranda em Educação com especialização em Gestão de Centros Educacionais. Especialista em Letras: Português e Literatura, e em Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção). Graduada em Letras Português/Inglês.

E-mail: michellefatigonvalves7@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-4488-1677>

Milena Almeida Albino

Mestranda em Educação com especialização em Formação de Professores. Graduada em Pedagogia. Especialista em Educação Infantil, Séries Iniciais com ênfase em Educação Especial, e em Gestão Educacional. Orientadora Educacional.

E-mail: miledodu@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0721-3721>

Raquel Nascimento Silva

Mestranda em Educação com especialização em Formação de Professores. Especialista em Educação Moderna: Metodologia, Tendências e Foco no Aluno, em Gestão Ambiental e em Altas Habilidades/Superdotação. Graduada em Tecnologia em Processamento de Dados, Ciências Biológicas e Pedagogia. Professora de STEAM e do Programa de Enriquecimento Curricular para alunos com Altas Habilidades.

E-mail: raquel1907@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4278-9283>

Rosafa Pereira de Sousa Lima

Mestranda em Educação. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional – Faculdade Santa Fé e em Educação Especial/Educação Inclusiva. Graduada em Pedagogia. Professora do Ensino Fundamental – anos iniciais.

E-mail: rosafapereira8@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-0285-8098>

RESUMO

Este artigo é um convite à escuta e à reflexão sobre aquilo que muitas vezes atravessa silenciosamente os muros escolares: os conflitos, o bullying e as práticas de exclusão. Com base em uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, tem como objetivo refletir sobre o papel da escola na mediação de conflitos e na prevenção do bullying, discutindo estratégias que promovam uma cultura de paz, de escuta e de valorização da diversidade. Mais do que apontar os problemas, o estudo propõe caminhos possíveis para transformar o ambiente escolar em um território de vínculos, empatia e acolhimento. A imagem apresentada na Figura 1 sintetiza visualmente a essência do que se defende ao longo do texto: *a escola que acolhe é a que transforma*, princípio que deve nortear todas as práticas pedagógicas. Acolher, nesse contexto, é reconhecer a existência do outro, escutar suas dores, valorizar suas singularidades e criar espaços seguros para o pertencimento. Ao invés de silenciar o conflito, a escola precisa acolhê-lo como parte do processo educativo. Nesse ambiente, onde o afeto e o respeito são pilares, torna-se possível formar seres humanos inteiros, conscientes de si, do outro e do mundo que compartilham.

Palavras-chave: Conflitos escolares. Bullying. Cultura de paz. Escuta ativa. Acolhimento escolar.

ABSTRACT

This article is an invitation to listen and reflect on what often silently crosses school walls: conflicts, bullying, and exclusionary practices. Based exclusively on bibliographic research, it aims to reflect on the role of schools in mediating conflicts and preventing bullying, discussing strategies that promote a culture of peace, listening, and valuing diversity. More than pointing out the problems, the study proposes possible ways to transform the school environment into a place of bonds, empathy, and acceptance. The image presented in Figure 1 visually summarizes the essence of what is advocated throughout the text: a school that welcomes is one that transforms, a principle that should guide all pedagogical practices. Welcoming, in this context, means recognizing the existence of others, listening to their pain, valuing their uniqueness, and creating safe spaces for belonging. Instead of silencing conflict, schools need to embrace it as part of the educational process. In this environment, where affection and respect are pillars, it becomes possible to form whole human beings, aware of themselves, of others, and of the world they share.

Keywords: School conflicts. Bullying. Culture of peace. Active listening. School support.

RESUMEN

Este artículo invita a escuchar y reflexionar sobre aquello que a menudo trasciende silenciosamente los muros escolares: los conflictos, el acoso escolar y las prácticas excluyentes. Basado exclusivamente en investigación bibliográfica, busca reflexionar sobre el papel de la escuela en la mediación de conflictos y la prevención del acoso escolar, analizando estrategias que promuevan una cultura de paz, escuchando y valorando la diversidad. Más que señalar los problemas, el estudio propone posibles maneras de transformar el entorno escolar en un espacio de vínculos, empatía y aceptación. La imagen presentada en la Figura 1 resume visualmente la esencia de lo que se defiende a lo largo del texto: la escuela que acepta es la que transforma, un principio que debe guiar todas las prácticas pedagógicas. Aceptar, en este contexto, significa reconocer la existencia del otro, escuchar su dolor, valorar sus singularidades y crear espacios seguros de pertenencia. En lugar de silenciar el conflicto, la escuela debe aceptarlo como parte del proceso educativo. En este entorno, donde el afecto y el respeto son pilares, es posible formar seres humanos íntegros, conscientes de sí mismos, de los demás y del mundo que comparten.

Palabras clave: Conflictos escolares. Acoso escolar. Cultura de paz. Escucha activa. Apoyo escolar.

1 INTRODUÇÃO

Conflitos fazem parte da vida. Onde há pessoas, há diferenças. E onde há diferenças, inevitavelmente, haverá ruídos, desacordos, confrontos e também possibilidades de aprendizado. A escola, como espaço vivo de convivência, não está isenta dessa dinâmica. Pelo contrário: ela é palco cotidiano de encontros que formam, transformam e, às vezes, também machucam. Por isso, falar sobre conflitos escolares e bullying não é apenas necessário é urgente.

Muitos ainda enxergam o conflito como algo negativo, a ser evitado a todo custo. Mas tanto a prática quanto a teoria demonstram que o conflito pode, sim, ser uma valiosa oportunidade pedagógica. O problema começa quando esses conflitos deixam de ser mediados com escuta e respeito e se transformam em violência: aquela que exclui, que fere, que cala, que constrange. E é nesse ponto que o bullying ganha espaço, repetindo padrões de preconceito e hierarquia que atravessam a sociedade e acabam se instalando nos corredores escolares.

As marcas do bullying nem sempre aparecem na pele, mas quase sempre atravessam a alma. Crianças e adolescentes têm sido alvos constantes de agressões verbais, físicas, psicológicas e virtuais que impactam diretamente sua autoestima, seu desempenho acadêmico e até sua saúde mental. Quando essas violências estão ligadas à identidade cor da pele, corpo, origem, gênero, orientação sexual ou condição de deficiência a dor se torna ainda mais profunda, pois fere o direito de ser.

Esse artigo nasce da inquietação diante dessa realidade. Como a escola pode lidar de forma mais humana e educativa com os conflitos? Que caminhos têm sido apontados pela literatura acadêmica para enfrentar o bullying sem recorrer exclusivamente à punição? Como valorizar a escuta, a empatia e o acolhimento sem perder a autoridade? E, acima de tudo, como transformar o espaço escolar em um ambiente de paz não de silêncio, mas de diálogo?

Diante dessas questões, o objetivo deste estudo é refletir, com base em uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, sobre o papel da escola na mediação de conflitos e na prevenção do bullying. De forma mais específica, busca-se: compreender as diferenças entre conflito e violência; analisar as causas, formas e consequências do bullying; discutir o papel dos educadores na construção de uma cultura de paz; e destacar a importância de práticas restaurativas e de uma educação baseada nos direitos humanos.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores renomados que tratam das temáticas de convivência escolar, violência simbólica, diversidade, empatia e mediação de conflitos. A escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de reunir e articular reflexões teóricas que já vêm sendo desenvolvidas sobre o tema, para subsidiar práticas pedagógicas mais conscientes, inclusivas e transformadoras.

Mais do que um texto acadêmico, este artigo é também um chamado: para que a escola volte a ser um lugar onde todos possam existir sem medo, onde os conflitos não sejam abafados, mas acolhidos, onde o respeito à diversidade não seja apenas discurso, mas prática viva e cotidiana.

2 CONFLITOS ESCOLARES: COMPREENDENDO A DIFERENÇA ENTRE CONFLITO E VIOLÊNCIA

Falar de conflitos dentro da escola é, antes de tudo, reconhecer que onde há convivência humana, há também desencontros, diferenças de opinião, disputas e frustrações. A escola, por ser um espaço de socialização diária, concentra essas tensões de forma bastante evidente. Mas é importante entender que conflito, por si só, não é sinônimo de violência. Conflito é parte da vida e da aprendizagem. O que determina se ele será algo pedagógico ou destrutivo é a forma como é acolhido e conduzido dentro da comunidade escolar (ABRAMOVAY, 2003).

Por muito tempo, a escola buscou evitar os conflitos, tentando silenciá-los ou escondê-los, como se fossem sinais de fracasso institucional. Mas hoje, com um olhar mais sensível e ampliado, entende-se que o conflito pode ser uma oportunidade valiosa de aprendizagem emocional, de exercício de empatia e de desenvolvimento de habilidades socioafetivas. Como defende Charlot (2013), é no encontro com o outro e, às vezes, no choque com o outro que a gente também aprende a lidar com o mundo.

A grande questão é quando o conflito, não escutado, não mediado e não acolhido, vira violência. É nesse ponto que a escola precisa estar atenta. O conflito pode se tornar um momento pedagógico, mas a violência fere, silencia e exclui. Para Libâneo (2019), a escola precisa diferenciar tensão de agressão, para agir com responsabilidade, e não com repressão automática. O aluno que discorda, que se frustra ou que reage com palavras duras pode estar apenas expressando um desconforto que, se bem conduzido, vira aprendizado.

Na prática, o que se vê é que muitos professores não foram preparados para lidar com esses momentos. Ainda existe muito medo do conflito, como se fosse algo que foge do controle. Na verdade, é justamente nesses momentos que o professor revela seu papel mais transformador: o de mediador. Quando ele escuta, acolhe e conduz, ele ensina mais do que o conteúdo ele ensina convivência (TIBA, 2010).

A mediação de conflitos não exige fórmulas mágicas, mas exige presença. É preciso escutar de verdade, sem julgar logo de início, e tentar compreender o que está por trás do comportamento do aluno. Muitas vezes, um confronto entre colegas revela dores invisíveis: rejeição, abandono,

insegurança, medo. Como afirma Nóvoa (2017), educar é também compreender o outro em sua inteireza, e não apenas corrigir suas falhas.

Outro ponto essencial é que os conflitos não surgem apenas entre os alunos. Eles também acontecem entre estudantes e professores, entre educadores e gestores, e até mesmo entre famílias e a escola. Ignorar essas tensões é adiar a resolução de problemas que podem se tornar ainda maiores. Quando a escola reconhece que todos os seus sujeitos estão em constante processo de formação emocional, ela passa a lidar com o conflito com mais empatia e menos rigidez.

A escola que acolhe o conflito como parte do processo educativo torna-se mais autêntica, mais humana. Os alunos percebem que podem se expressar, mesmo quando pensam diferente. Isso fortalece a autoestima, o vínculo com os educadores e a construção de um ambiente mais justo. Como lembra Freire (1996), “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatisados pelo mundo”.

Claro que nem todo conflito se resolve com um simples diálogo. Em alguns casos, é preciso intervenção mais estruturada, com apoio da coordenação, da psicologia escolar ou de outros profissionais. Mas o primeiro passo sempre será o mesmo: olhar o conflito como um sintoma, e não como um problema isolado. O aluno que grita, desrespeita ou se fecha pode estar pedindo ajuda, ainda que de forma travessada.

Além disso, o modo como os adultos da escola lida com os conflitos também ensina. A criança e o adolescente observam o tom de voz, a postura, a abertura para escutar. Eles aprendem com o exemplo. Uma escola que grita para exigir silêncio, ou que pune sem dialogar, ensina mais sobre autoritarismo do que sobre respeito. Por isso, o cuidado com o cotidiano é tão essencial.

A cultura escolar tem um papel determinante nesse processo. Instituições que valorizam a escuta, a colaboração e o cuidado tendem a lidar melhor com os conflitos do dia a dia. Já ambientes muito hierarquizados, frios ou distantes acabam silenciando as tensões, mas não as resolvem. E o que não é resolvido vira ressentimento e, mais cedo ou mais tarde, vira violência velada.

Vale lembrar que muitos conflitos têm raízes profundas em desigualdades que ultrapassam os muros da escola. Racismo, machismo, homofobia, exclusão social e capacitismo não começam na sala de aula mas aparecem nela. E, por isso mesmo, a escola não pode se calar. Ela precisa ser espaço de reflexão, de enfrentamento das injustiças e de construção de uma convivência mais justa (SANTOS, 2018).

Reconhecer o conflito como legítimo é dar um passo em direção a uma educação mais democrática. O aluno que aprende a falar o que sente, a escutar o outro e a buscar soluções coletivas

está se preparando para a vida em sociedade. E a escola que se propõe a educar para a convivência não está perdendo tempo e está cumprindo sua missão mais profunda.

Nesse sentido, é fundamental que os professores tenham apoio institucional para atuar com segurança e consciência. A formação continuada precisa incluir temas como mediação de conflitos, escuta ativa e gestão de sala de aula com sensibilidade. O professor precisa saber que não está sozinho e que o conflito não é um fracasso, mas uma oportunidade de educar de verdade.

Por fim, acolher o conflito com humanidade é transformar a escola num espaço de vínculos, de construção coletiva e de crescimento mútuo. É olhar para o aluno além da nota, além da regra, além do erro. Porque, no fim das contas, ninguém aprende a conviver sem antes aprender a escutar e ninguém ensina a escutar se não for, antes de tudo, um educador com escuta aberta.

3 BULLYING E SEUS IMPACTOS: CAUSAS, FORMAS E CONSEQUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS

Dando continuidade à reflexão sobre os conflitos escolares e suas implicações no ambiente educacional, é preciso, antes de tudo, compreender o que caracteriza o bullying. Silva (2015) define o fenômeno como “um comportamento agressivo, repetitivo e intencional, caracterizado por um desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima” (p. 17). A autora enfatiza que essa forma de violência não é recente, mas sim um problema antigo que ganhou visibilidade nos últimos anos, exigindo novas posturas por parte da escola e dos educadores.

Nesse contexto, Santos (2015, p. 20) aprofunda a discussão ao afirmar que “o abuso de poder, a intimidação e a prepotência são algumas das estratégias adotadas pelos praticantes de bullying (os bullies) para impor sua autoridade e manter suas vítimas sob total domínio.” Essa imposição de poder cria um ambiente de medo e submissão, comprometendo diretamente o bem-estar emocional das vítimas e perpetuando relações escolares baseadas na hierarquia e no silêncio.

Segundo a Dra. Ana Beatriz, no livro Mentes perigosas nas escolas: bullying, indisciplina e violência (2015), há professores que, silenciosamente, enfrentam um verdadeiro campo de batalha dentro da sala de aula. São humilhados, ameaçados e até perseguidos por alunos que testam limites o tempo todo. Muitos desses educadores se sentem perdidos, sem apoio, e não sabem como reagir diante da violência velada, ou explícita, que sofrem. A autora alerta para o quanto essa inversão de papéis compromete não só a saúde emocional dos professores, mas também toda a autoridade pedagógica necessária para o processo de ensino.

Ainda segundo Silva (2015), muitos agressores já demonstram desde a infância um padrão de comportamento marcado pela aversão às normas, intolerância à frustração e dificuldade em aceitar ser

contrariados. Essas crianças, muitas vezes, apresentam atitudes autoritárias, desrespeitam figuras de autoridade e buscam impor sua vontade a qualquer custo — sinais que, se não forem observados e acompanhados, podem se intensificar com o tempo. Como a autora complementa, “os agressores apresentam, desde muito cedo, aversão às normas, não aceitam ser contrariados ou frustrados, geralmente estão envolvidos em pequenos delitos como furtos, roubos ou vandalismo, com destruição do patrimônio público ou privado” (Silva, 2015, p. 42).

Para contextualizar a importância do tema, é preciso reconhecer que debater sobre bullying não é exagero, nem moda. É reconhecer que há estudantes que adoecem emocionalmente dentro da escola, um lugar que deveria ser seguro, mas que muitas vezes se torna cenário de medo e sofrimento. O bullying não começa com um tapa ou uma piada: ele se insinua no olhar que exclui, na palavra que machuca e no silêncio que consente. E é justamente por isso que precisa ser discutido com seriedade e sensibilidade (OLWEUS, 2013).

Com base nessa definição ampliada, torna-se evidente que a escola precisa desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção, considerando tanto os alunos quanto os educadores como sujeitos vulneráveis dentro desse contexto. É reconhecer que há estudantes que adoecem emocionalmente dentro da escola, um lugar que deveria ser seguro, mas que muitas vezes se torna cenário de medo e sofrimento. O bullying não começa com um tapa ou uma piada. Ele começa no olhar que exclui, na palavra que fere e no silêncio que consente. E é justamente por isso que precisa ser discutido com seriedade e sensibilidade (OLWEUS, 2013).

Bullying é diferente de um desentendimento pontual. Trata-se de um comportamento repetitivo, intencional e causador de dor física, emocional ou psicológica. Pode vir em forma de apelidos, exclusão, agressões verbais, empurrões, ameaças ou até humilhações nas redes sociais. Tudo isso vai deixando marcas que nem sempre aparecem do lado de fora, mas que machucam por dentro (FANTE, 2012).

Há diferentes formas de bullying, e cada uma atinge o aluno de maneira particular. O bullying verbal, por exemplo, é um dos mais comuns e também dos mais naturalizados. Ele se esconde em piadas, e apelidos que viram ofensas, em frases que diminuem. Já o bullying físico aparece em empurrões, socos, chutes e até objetos arremessados. O psicológico é mais sutil, mas profundamente destrutivo acontece na exclusão, no isolamento, na manipulação. E o bullying virtual, ou cyberbullying, potencializa tudo isso com o alcance das redes sociais e a sensação de anonimato (ARAÚJO; TORRES, 2020).

Cada tipo de bullying pode provocar consequências sérias no desenvolvimento do aluno. Não é raro encontrar crianças e adolescentes com sintomas de ansiedade, depressão, crises de pânico,

dificuldades de aprendizagem, queda no rendimento escolar e, em casos extremos, até tentativa de suicídio. Quando a dor é constante e silenciada, ela começa a tomar conta da vida da vítima. E isso, infelizmente, ainda é uma realidade em muitas escolas (CUNHA, 2021).

O mais preocupante é que, muitas vezes, os adultos da escola não percebem o que está acontecendo. O bullying não grita, ele se camufla. Por isso, é tão importante que os professores estejam atentos aos sinais: mudanças bruscas de comportamento, evasão, isolamento, queda de notas, ou aquela fala atravessada que escapa num momento de desabafo. Ouvir esses sinais exige mais do que técnica exige sensibilidade.

Mas também não podemos cair na armadilha de demonizar os agressores. Na maioria das vezes, o aluno que agride também carrega dores e histórias de abandono, negligência, carência ou violência. Isso não justifica, mas explica. O agressor também precisa de ajuda, de escuta e de orientação. Como diz Tiba (2010), o jovem que machuca precisa ser educado com firmeza e afeto, não com mais agressão.

As causas do bullying são complexas e multifatoriais. Elas podem estar na cultura familiar, na reprodução de discursos discriminatórios, na falta de referências positivas ou até mesmo em estruturas institucionais que reforçam desigualdades. Racismo, machismo, homofobia, gordofobia e capacitismo são expressões que, infelizmente, ainda aparecem nos corredores escolares, às vezes de forma escancarada, às vezes disfarçadas de “brincadeira” (SOUZA; COSTA, 2022).

Por isso, combater o bullying é também enfrentar o preconceito e promover a diversidade. Uma escola que não se posiciona contra as opressões acaba reforçando, mesmo sem querer, a lógica da exclusão. É preciso assumir um compromisso ético com a construção de uma cultura escolar mais inclusiva, onde todos absolutamente todos se sintam pertencentes, respeitados e acolhidos (MANTOAN, 2019).

A atuação da escola frente ao bullying precisa ser proativa, não apenas reativa. Não basta intervir depois do ocorrido, é essencial cultivar um ambiente preventivo, no qual o diálogo, a empatia e o respeito sejam vivenciados desde a infância. Projetos de convivência, rodas de conversa, atividades sobre diversidade e campanhas de valorização da vida fazem toda a diferença. E o mais importante: isso precisa estar no planejamento pedagógico, não apenas em datas comemorativas (LIBÂNEO, 2019).

Os alunos precisam saber que podem contar com os adultos da escola. Quando a vítima sente que será escutada e protegida, ela tem mais coragem para se manifestar. Já quando percebe que nada vai mudar, que será desacreditada ou que será ainda mais exposta, ela se cala. E o silêncio, nesse caso, pode ser perigoso. A escola precisa ser território de confiança.

Outro ponto fundamental é envolver os próprios estudantes na construção de soluções. Quando os jovens participam da criação de regras de convivência, de projetos contra o bullying ou da mediação entre pares, eles se tornam agentes de transformação. A escola deixa de ser algo que “acontece com eles” e passa a ser um espaço construído com eles (ABRAMOVAY, 2003).

A empatia não nasce sozinha, ela é ensinada. E a melhor forma de ensiná-la é vivê-la. Quando a escola assume um olhar acolhedor, quando o professor escuta antes de punir, quando a coordenação se dispõe a conversar com as famílias, quando os colegas se mobilizam para incluir quem está à margem, aí sim a cultura do bullying começa a perder espaço.

É necessário lembrar que nenhum projeto de combate ao bullying será eficaz se não for vivido no cotidiano da escola. Não basta ter cartazes nas paredes é preciso coerência nas ações, nos olhares, nas falas e nas relações. O combate ao bullying começa nas pequenas atitudes: no bom-dia sincero, na escuta atenta, no respeito às diferenças, na valorização de cada estudante como ele é.

E, por fim, é importante afirmar: a escola tem poder. Ela pode ser o lugar que reforça as dores ou que cura. O ambiente escolar, quando humanizado, se transforma. Porque onde há acolhimento, não há espaço para a exclusão. E onde há presença verdadeira de educadores comprometidos, o silêncio do sofrimento começa a dar lugar à voz do pertencimento.

4 O PAPEL DA ESCOLA NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E NA PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ

A escola não é apenas um lugar onde se ensina português, matemática e ciências. Ela é, sobretudo, um espaço onde se aprende a conviver. É na convivência diária às vezes leve, às vezes tensa que as crianças e os adolescentes vão se formando como sujeitos sociais. Por isso, o papel da escola na mediação de conflitos vai muito além de conter comportamentos. Ele está diretamente ligado à construção de vínculos, respeito e cultura de paz (FREIRE, 1996).

É comum que os conflitos escolares sejam vistos como problemas a serem eliminados. Mas essa visão, muitas vezes punitiva, impede que os educadores enxerguem o potencial educativo desses momentos. Como defende Tiba (2010), conflitos fazem parte do processo de amadurecimento e podem ser uma rica oportunidade para ensinar escuta, empatia e cooperação, desde que sejam conduzidos com sensibilidade.

Mediar um conflito na escola não é apenas conter um incêndio. É, sobretudo, acender uma luz. É criar condições para que os envolvidos entendam o que está em jogo, se escutem com respeito e busquem, juntos, uma solução possível. Essa mediação não precisa ser perfeita, mas precisa ser

honesta. O professor, quando atua como mediador, não perde autoridade ele a transforma em presença real.

A escuta ativa é uma das ferramentas mais importantes nesse processo. Escutar, de verdade, é diferente de ouvir por obrigação. É acolher sem interromper, sem julgar de imediato. É dar espaço para que o aluno coloque para fora aquilo que sente. E, muitas vezes, é nesse momento que ele se sente, pela primeira vez, realmente visto (NÓVOA, 2017).

A empatia também é essencial. Se colocar no lugar do outro não é fácil, mas é um exercício que pode ser ensinado e praticado. Quando a escola trabalha esse valor desde os primeiros anos, ela prepara os estudantes para enxergar o colega como alguém que sente, sofre e deseja ser respeitado assim como eles mesmos. Essa construção é lenta, mas transforma.

A mediação de conflitos só é possível se houver confiança. E essa confiança nasce das relações do dia a dia. Quando o aluno sente que pode falar sem ser humilhado, que será ouvido com atenção e que sua dor importa, ele se permite abrir. Isso vale para o aluno que sofre, mas também para o que agride. Ambos precisam ser ouvidos, com posturas diferentes, mas com a mesma humanidade.

É nesse ponto que entra a justiça restaurativa, como uma alternativa potente à punição tradicional. Os círculos restaurativos, cada vez mais aplicados em escolas brasileiras, permitem que os envolvidos no conflito se expressem, compreendam os danos causados e se responsabilizem por suas atitudes, não por medo de punição, mas por consciência do impacto de seus atos (SILVA; REZENDE, 2024).

Essas práticas não substituem a autoridade da escola, mas a qualificam. Mostrar que há regras, sim, mas que essas regras são construídas com diálogo e afeto, fortalece o senso de pertencimento dos estudantes. Eles deixam de ver o professor como um fiscal e passam a vê-lo como alguém com quem podem contar até nos momentos difíceis.

A formação continuada dos professores é outro pilar fundamental nesse processo. Muitos educadores ainda se sentem despreparados para lidar com situações de conflito ou bullying. Isso não é falta de competência é falta de apoio institucional. A mediação exige habilidade emocional, equilíbrio e repertório. E tudo isso pode e deve ser construído em serviço, com escuta e colaboração (LIBÂNEO, 2019). Outro fator essencial é que toda a comunidade escolar esteja envolvida: gestores, professores, funcionários, alunos e famílias. Quando toda a escola compartilha os mesmos valores de respeito, cuidado e responsabilidade, os conflitos não somem mas se tornam mais fáceis de resolver. O ambiente se torna mais leve, mais cooperativo, mais aberto.

Muitos projetos de convivência escolar têm mostrado resultados positivos quando partem da escuta dos próprios estudantes. Quando se sentem parte das decisões, eles passam a cuidar mais do

espaço, das relações e uns dos outros. A escola passa a ser vivida como um lugar deles e não apenas onde “alguém manda e eles obedecem”. E isso só acontece porque há espaço para a construção de uma cultura de paz. Essa cultura não se faz com discursos prontos ou cartazes na parede. Ela se constrói nos pequenos gestos: na forma como se dá bom-dia, como se resolve uma briga no recreio, como se escuta o aluno que está chorando no corredor. Paz se constrói no detalhe.

Por isso, o papel da escola na mediação de conflitos não é secundário. É central. Uma escola que não silencia os conflitos, mas os transforma, contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e capazes de dialogar. E essa talvez seja uma das maiores contribuições da educação para o mundo em que vivemos. Afinal, a escola que acolhe é a que transforma (Figura 1), princípio que deveria guiar todas as práticas pedagógicas. Acolher, no contexto escolar, significa mais do que aceitar a presença do outro: é reconhecer sua existência, ouvir suas dores, valorizar suas diferenças e criar espaços seguros onde cada sujeito possa expressar-se com liberdade e dignidade. Uma escola que acolhe transforma porque rompe com a lógica da exclusão e abre caminho para vínculos verdadeiros, para a empatia e para a escuta ativa. Ao invés de silenciar o conflito, ela o abraça como parte do processo educativo. Ao invés de punir a dor, ela a comprehende e cuida. É nesse ambiente, onde o afeto e o respeito são pilares, que se torna possível formar seres humanos inteiros, conscientes de si, do outro e do mundo que compartilham.

Figura 1 - A escola que acolhe é a que transforma



Fonte: Imagem criada pelos autores com apoio da ferramenta de inteligência artificial ChatGPT/DALL·E (OpenAI, 2025)

Ao escolher mediar e não punir, escutar e não silenciar, a escola cumpre sua função mais bonita: a de ensinar não só com palavras, mas com atitudes. E quando o estudante percebe que pode errar e aprender, que pode falar e ser ouvido, ele passa a ver o outro não como inimigo mas como alguém com quem pode construir.

No fim das contas, a cultura de paz não é um destino, é um caminho. E esse caminho começa toda vez que um educador decide transformar um conflito em aprendizado. Toda vez que a escola acolhe, em vez de afastar. Toda vez que o olhar vai além da falta e enxerga a possibilidade.

5 DIVERSIDADE, PRECONCEITO E EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

Refletir sobre bullying é, muitas vezes, falar também sobre preconceito. Em diversas escolas brasileiras, os atos de exclusão e violência têm raízes profundas na intolerância em relação às diferenças. Racismo, homofobia, gordofobia, capacitismo e outras formas de discriminação seguem presentes no cotidiano escolar, muitas vezes mascaradas de “brincadeiras” ou “opiniões” (SOUZA; COSTA, 2022). Reconhecer essa realidade é o primeiro passo para transformá-la.

A escola, como espaço de formação humana, não pode se omitir diante dessas violências. Ela precisa se posicionar como lugar de acolhimento, de respeito e, principalmente, de resistência às práticas discriminatórias. Segundo Mantoan (2019), a escola só será inclusiva quando for capaz de valorizar todas as formas de existência, reconhecendo as singularidades como potência, e não como problema.

O bullying motivado por preconceito causa impactos ainda mais profundos. Além das dores emocionais, ele reforça a sensação de não pertencimento, fazendo com que o estudante se sinta um corpo estranho naquele ambiente. Isso compromete não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também sua identidade e autoestima. Para Abramovay (2003), a escola tem papel central na legitimação ou superação das violências simbólicas presentes na sociedade.

O enfrentamento dessas violências exige que a escola assuma o compromisso com a educação para os direitos humanos. Como afirmam Garcia e Vitale (2020), esse tipo de educação não se limita a conteúdos sobre cidadania, mas se manifesta nas relações, nas práticas pedagógicas, nas regras de convivência e, sobretudo, na escuta ativa do outro. É um trabalho diário de reafirmação do respeito.

A diversidade precisa deixar de ser apenas um tema de projeto e passar a ser um princípio da escola. Isso significa refletir sobre o currículo, sobre os livros que circulam, sobre os autores que são lidos, sobre as representações nos murais da escola. Para Gatti (2019), a inclusão começa quando o aluno se vê, se reconhece e se sente representado no espaço escolar.

Formar para o respeito não é tarefa fácil, mas é urgente. Como reforça Freire (1996), a escola precisa ser lugar de diálogo, e o diálogo só acontece quando há reconhecimento do outro como legítimo. Isso vale para os estudantes, mas também para os professores, funcionários e famílias. Todos precisam ser educados, continuamente, para a convivência com as diferenças.

A prática pedagógica inclusiva começa no olhar. O professor que reconhece a diversidade da turma como um dado pedagógico e não como um obstáculo já está, de certa forma, ensinando sobre respeito. Para Nôvoa (2017), o educador que escuta, que adapta, que acolhe e que revê sua prática está contribuindo diretamente para a formação de um sujeito mais ético e empático.

O preconceito, muitas vezes, germina na ignorância e floresce na ausência de escuta. Por isso, a escola precisa trabalhar com informação, com narrativas plurais e com atividades que valorizem os diferentes modos de ser. Segundo Tardif (2014), o conhecimento se torna significativo quando dialoga com a realidade dos alunos. E a realidade deles é diversa, múltipla e, muitas vezes, atravessada por exclusões.

Não se combate o bullying apenas com regras combate-se com cultura. Cultura de paz, cultura de acolhimento, cultura de escuta. Isso se constrói com projetos permanentes, com formação continuada, com envolvimento da comunidade. Segundo Libâneo (2019), a escola é um espaço de cultura, e como tal, tem o poder de reproduzir ou de transformar valores.

A justiça restaurativa também pode ser uma aliada importante nesse processo. Como apontam Silva e Rezende (2024), os círculos restaurativos permitem que os estudantes reflitam sobre os impactos de suas ações, assumam responsabilidades e se reconectem com os colegas. Em casos de preconceito, essas práticas ajudam a desconstruir discursos de ódio e a promover empatia.

Os estudantes que sofrem bullying por conta de sua identidade seja de gênero, orientação sexual, etnia ou condição física carregam uma dor silenciosa. Por isso, é fundamental que a escola atue como rede de proteção. Para Costa (2023), é responsabilidade da instituição garantir um ambiente onde cada aluno se sinta seguro para ser quem é, sem medo de ser ridicularizado ou excluído.

A atuação da equipe gestora também é fundamental nesse enfrentamento. A coordenação precisa estar atenta, aberta ao diálogo com as famílias e comprometida com uma política clara de valorização da diversidade. Segundo Berbel (2019), a gestão democrática começa na escuta das demandas reais da comunidade escolar.

As vozes dos próprios estudantes também precisam ser ouvidas. Eles sabem o que acontece nos corredores, no banheiro, no grupo de mensagens. Dar espaço para que proponham soluções, relatem experiências e participem das decisões é uma forma concreta de educar para a cidadania. Segundo

Abramovay (2003), os jovens não são apenas vítimas ou agressores são sujeitos capazes de transformar a escola.

A construção de uma escola antidiscriminatória passa também por rever práticas que, muitas vezes, reforçam estereótipos: piadas toleradas, falas naturalizadas, apelidos aceitos. Tudo isso precisa ser debatido com os alunos, com os professores e com as famílias. Para Kenski (2021), a escola que evita o conflito em nome da “paz” muitas vezes silencia o necessário enfrentamento.

Por fim, uma escola comprometida com os direitos humanos é aquela que não se cala diante da exclusão, que se posiciona, que educa com coragem e com afeto. E que entende que toda criança e adolescente tem o direito de viver sua escolarização com dignidade, respeito e reconhecimento.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise da literatura selecionada, observa-se que os conflitos no ambiente escolar não são eventos isolados nem desvios de comportamento, mas sim expressões naturais das relações humanas. Conforme apontado por Libâneo (2019), o conflito é parte constitutiva da convivência e pode ser um elemento pedagógico quando mediado com responsabilidade, sensibilidade e escuta ativa. Ou seja, o conflito não precisa ser silenciado, ele pode ser transformado em espaço de aprendizagem.

Freire (1996) reforça essa ideia ao afirmar que a escola é um espaço de diálogo, e o diálogo autêntico não existe sem confronto de ideias, sem tensões. O educador que comprehende essa perspectiva não tenta apagar os conflitos, mas os utiliza como possibilidade de crescimento coletivo. A mediação de conflitos, nesse sentido, não é apenas uma estratégia disciplinar, mas uma prática de humanização.

Outro aspecto discutido amplamente nos estudos é a diferença essencial entre conflito e violência. Enquanto o conflito pode ser saudável e formativo, a violência representa a ruptura dos vínculos e o apagamento do outro. Como destaca Abramovay (2003), a violência nas escolas se manifesta não apenas fisicamente, mas também por meio de olhares, palavras, exclusões e silêncios. É nesse ponto que o bullying aparece como uma das formas mais cruéis de violência cotidiana.

Os estudos consultados indicam que o bullying, especialmente quando repetitivo e sustentado por preconceitos, compromete o desenvolvimento emocional, cognitivo e social dos alunos. Segundo Fante (2012), suas consequências vão desde o isolamento até quadros de ansiedade, evasão escolar e, em casos graves, ideação suicida. Isso mostra o quanto a dor psicológica, quando ignorada pela escola, pode se tornar invisivelmente devastadora.

Ao analisar os tipos de bullying descritos na literatura verbal, físico, psicológico e virtual nota-se que o bullying verbal e o psicológico são os mais naturalizados, muitas vezes tolerados sob o

discurso de “brincadeiras”. Essa banalização contribui para a manutenção de uma cultura escolar que normaliza a agressão e silencia a dor (SOUZA; COSTA, 2022).

Em contraponto, autores como Mantoan (2019) e Nôvoa (2017) reforçam que a escola precisa romper com essa normalização e adotar práticas que valorizem o respeito às diferenças. A educação para os direitos humanos aparece, nesse sentido, como ferramenta essencial na construção de uma cultura escolar mais inclusiva, onde o diálogo, a empatia e a justiça sejam valores cotidianos e não apenas temas de projetos pontuais.

Além disso, a literatura evidencia que o enfrentamento do bullying e dos conflitos escolares exige um novo olhar sobre o papel do professor. Para Tiba (2010), o educador do século XXI precisa ser, acima de tudo, mediador de relações. Ele precisa compreender que sua presença vai além da transmissão de conteúdo: é também formadora de vínculos, de ética e de humanidade.

A escuta ativa, apontada por Nôvoa (2017) e Libâneo (2019), é uma das práticas mais citadas como eficaz na mediação de conflitos. O professor que escuta, acolhe e dialoga é o mesmo que fortalece vínculos e reduz tensões. A escuta é, portanto, uma estratégia pedagógica, e não apenas um gesto de gentileza. É por meio dela que o aluno se sente reconhecido como sujeito.

O uso da justiça restaurativa, especialmente por meio de círculos de diálogo, aparece nos estudos como uma alternativa pedagógica potente frente aos modelos punitivos. De acordo com Silva e Rezende (2024), práticas restaurativas resgatam a responsabilidade coletiva, permitem que os envolvidos compreendam os impactos de suas ações e constroem, juntos, caminhos para a reparação do dano.

Outro ponto presente nos textos analisados é a importância da participação dos estudantes nas decisões relacionadas à convivência escolar. Para Abramovay (2003), o aluno não é apenas espectador da cultura escolar, ele é construtor. Quando se sente parte do processo, tende a cuidar mais do espaço e das relações, fortalecendo o pertencimento e reduzindo comportamentos de exclusão.

A literatura também destaca que a escola precisa ir além do discurso e incorporar a valorização da diversidade em todas as suas dimensões: racial, de gênero, de orientação sexual, de corpo, de classe, de neurodivergência e de condição física. Como aponta Gatti (2019), isso significa revisar práticas, currículos, imagens, falas e relações. A convivência ética se aprende na prática, e a escola é o lugar ideal para isso.

Há ainda um consenso entre os autores quanto à necessidade de investir na formação continuada dos educadores. Libâneo (2019) e Kenski (2021) ressaltam que o professor precisa de suporte para lidar com os desafios socioemocionais que surgem no cotidiano escolar. A formação deve incluir temas como mediação de conflitos, escuta ativa, cultura de paz e combate ao preconceito.

Os estudos revisados também apontam que o envolvimento das famílias e da comunidade amplia as possibilidades de prevenção do bullying. Para Berbel (2019), as relações de cuidado e respeito construídas no território escolar se fortalecem quando compartilhadas com os espaços externos à escola. A comunidade é parceira na construção de uma convivência mais saudável.

Por fim, todos os autores analisados convergem para uma ideia essencial: a convivência respeitosa não se ensina apenas com regras, mas com relações. A escola que educa para a paz não precisa ser perfeita, mas precisa ser coerente. Precisa errar, rever, escutar e recomeçar sempre com o compromisso de formar sujeitos mais sensíveis, éticos e preparados para viver com o outro.

Em resumo, a pesquisa bibliográfica realizada permitiu compreender que os conflitos, o bullying e a exclusão não são temas secundários, são centrais na missão educativa da escola. Enfrentá-los com coragem e cuidado é parte do compromisso de uma educação que não se contenta com o conteúdo, mas busca, acima de tudo, formar seres humanos inteiros. Diante dos achados teóricos e das articulações apresentadas, elaborou-se o Quadro 1 como síntese dos principais eixos abordados no artigo, relacionando os conceitos-chave discutidos com suas contribuições para uma escola mais humana, justa e acolhedora.

Quadro 1 – Eixos temáticos e contribuições pedagógicas para a construção de uma cultura de paz nas escolas.

Eixo Temático	Aspectos Abordados
Conflitos Escolares	Reconhecidos como parte da convivência e oportunidade de aprendizagem emocional.
Bullying	Definido como violência sistemática que afeta o desenvolvimento e a identidade do aluno.
Mediação de Conflitos	Proposta como prática pedagógica baseada na escuta, empatia e construção coletiva.
Cultura de Paz	Construída no cotidiano, com coerência entre discurso e prática, e não apenas em projetos
Acolhimento Escolar	Central na transformação de vínculos e na formação de sujeitos éticos e sensíveis.

Fonte: Elaboração própria com base na análise bibliográfica

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa bibliográfica, foi possível compreender que os conflitos escolares, bullying e as práticas discriminatórias não são elementos externos à escola, mas fazem parte da vida cotidiana dentro dela. No entanto, o modo como esses episódios são compreendidos e enfrentados determina se a escola será um espaço de silenciamento e exclusão ou um território de escuta, reconstrução e convivência. O conflito, longe de ser um obstáculo à aprendizagem, pode se tornar uma ponte para o crescimento, desde que mediado com sensibilidade, diálogo e intencionalidade pedagógica.

Os estudos analisados evidenciam que o bullying em suas diversas formas deixa marcas profundas, muitas vezes invisíveis, que afetam diretamente o desempenho escolar, a autoestima e o desenvolvimento emocional dos alunos. Quando motivado por preconceitos como racismo, homofobia, capacitarismo ou intolerância religiosa, seu impacto é ainda mais grave, pois fere a identidade e silencia a expressão individual. É papel da escola não apenas intervir quando isso acontece, mas atuar de forma preventiva, construindo uma cultura institucional de respeito à diversidade.

Ficou claro ao longo desta reflexão que a atuação do professor é determinante nesse processo. O educador que escuta com atenção, reconhece o valor da mediação e se dispõe a aprender com os próprios alunos, contribui para um ambiente escolar mais justo, mais seguro e mais humanizado. A formação docente continuada, voltada para as práticas restaurativas, escuta ativa e educação para os direitos humanos, é essencial para que os profissionais se sintam preparados para lidar com as complexidades da convivência escolar.

Também se percebeu a importância de envolver toda a comunidade escolar nesse processo. A promoção de uma cultura de paz não se constrói apenas com regras, mas com relações, com escuta, com acolhimento e com coerência entre o que se fala e o que se pratica. A escola precisa ser um espaço onde todos estudantes, professores, famílias e gestores se sintam parte ativa de um projeto coletivo que valoriza a vida, a diferença e o diálogo.

Conclui-se, portanto, que prevenir o bullying e lidar de forma saudável com os conflitos é mais do que uma tarefa disciplinar é um compromisso ético e educativo. Ao se posicionar com firmeza e afeto, a escola torna-se um território de transformação. E ao formar sujeitos capazes de dialogar, respeitar e reconstruir, ela cumpre sua missão mais profunda: educar para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO, 2003.
- ARAÚJO, Mariana S.; TORRES, Fernanda C. Cyberbullying e os desafios da escola frente às novas formas de agressão. *Revista Educação em Questão*, v. 58, n. 1, p. 217-238, 2020.
- BERBEL, Neusi Aparecida Navas. Mediação de conflitos na escola: práticas educativas e gestão democrática. *Revista Práxis Educacional*, v. 15, n. 3, p. 201-214, 2019.
- CHARLOT, Bernard. A escola e o saber: fundamentos epistemológicos e políticos da prática educativa. São Paulo: Cortez, 2013.
- COSTA, Ana Paula. Cultura escolar e convivência: desafios contemporâneos da gestão pedagógica. *Revista Educação em Foco*, v. 28, n. 2, p. 88-104, 2023.
- CUNHA, Marília de Oliveira. Bullying e sofrimento psíquico: reflexões sobre o espaço escolar. *Revista Psicologia e Educação*, v. 22, n. 1, p. 55-69, 2021.
- FANTE, Cibele C. Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus, 2012.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARCIA, Tânia M.; VITALE, Maria A. Educação em direitos humanos no contexto escolar: caminhos e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, p. 1-20, 2020.
- GATTI, Bernadete A. A escola e as diversidades: desafios da inclusão e da escuta. *Cadernos de Pesquisa*, v. 49, n. 173, p. 12-29, 2019.
- KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2021.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2019.
- MANTOAN, Maria Teresa E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 15. ed. São Paulo: Moderna, 2019.
- NÓVOA, António. O professor e a sua formação. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2017.
- SILVA, Rodrigo A.; REZENDE, Camila V. Círculos restaurativos e a transformação das relações escolares. *Revista Brasileira de Justiça Restaurativa*, v. 2, n. 1, p. 78-93, 2024.
- SILVA, A. B. B. Bullying: Mentes perigosas nas escolas – Como identificar e combater a violência e o preconceito na escola (Ed. revista e ampliada). Papirus, 2015.
- SOUZA, Érica M.; COSTA, Luciano B. Preconceito e bullying na escola: desafios para uma educação inclusiva. *Revista Educação e Sociedade*, v. 43, n. 158, p. 1-18, 2022.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TIBA, Içami. Disciplina: limite na medida certa. 24. ed. São Paulo: Gente, 2010.